

Pacto contra a dívida

MARCO ANTONIO CAMPANELLA* EX-1

Ressurge a proposta de entendimento nacional. Na verdade, o clima de unidade nacional vem se formando ao longo dos últimos quatro anos. Começou quando, em 1983, trabalhadores, empresários e o Congresso Nacional se uniram no repúdio e posterior rejeição da política econômica imposta pelo FMI, então corporificada nos decretos de arrocho enviados ao Congresso pela equipe econômica então comandada por Delfim Netto.

A memorável campanha das "diretas-já", em 1984, condensava, na realidade, o sentimento nacional em favor das mudanças e deu mais um decisivo passo em direção à construção da unidade nacional. Esse sentimento teve prosseguimento quando, por ocasião da constituição da Aliança Democrática, em torno do PMDB e do PFL, e de sua magnífica vitória no Colégio Eleitoral, a grande maioria do povo brasileiro se uniu na eleição da candidatura Tancredo-Sarney para a Presidência da República.

Foi sob esse sentimento e esse clima que se inaugurou a Nova República, conforme se manifestou durante o calvário do saudoso Presidente Tancredo Neves. Ressurgem com toda força por ocasião da edição do Plano Cruzado. O povo foi às ruas para garantir o congelamento de preços e, por vários meses, deteve, na prática, o real controle da política econômica.

Durante todo esse processo, a Nação amadureceu e está, hoje, em condições de enfrentar, unida, os grandes desafios que se colocam no caminho da reconstrução nacional.

A unidade que resultar de um possível entendimento nacional não deve, obviamente, obscurecer o fato de que sua coluna vertebral é o PMDB. O PMDB vem sendo, crescentemente, o desaguadouro do sentimento mudancista do povo brasileiro. Mais que isso, nas últimas eleições, praticamente o povo inteiro uniu-se em torno da legenda da esperança e da mudança. Foi isso que significou a eleição, pelo PMDB, de 22 dos 23 governadores de Estado e de cerca de 55 por cento dos constituintes.

Por outro lado, a proposta de entendimento nacional não deve e não pode ser amesquinizada com a idéia de que se limitará a discutir índice de inflação, aluguéis e realinhamento de preços e salários. Por mais importantes que sejam estas questões, é preciso entender que seu adequado equacionamento depende do enfrentamento eficaz de problemas mais graves que estão na raiz de todas as dificuldades que tem enfrentado o País nos últimos anos.

Limitar o diálogo à relação preços-salários expressa, na verdade, o entendimento de que é impossível compatibilizar o processo em curso de recuperação do salário real com uma política de congelamento de preços ou de inflação baixa. Os que assim pensam entendem que, como já se esgotou a capacidade ociosa das empresas, sua estrutura de custos não pode absorver aumentos reais de salários, a não ser que sejam repassados aos preços, o que retornaria à espiral in-

flacionária.

Essa teoria não se adapta a uma economia que, como a nossa, combina uma espetacular sangria externa com uma não menos espetacular esterilização de recursos na especulação financeira. Nestas condições, é evidente que, na medida em que se estanke essa sangria de recursos para o exterior e, simultaneamente, se realize um drástico corte nos custos financeiros das empresas e do governo, haverá um excedente capaz de permitir a melhoria real de salário e aumento dos investimentos.

Uma política desse tipo permitiria uma recuperação salarial em ritmo superior ao do aumento da produtividade sem afetar a lucratividade das empresas ou o equilíbrio das finanças públicas.

Essa política supõe: 1º o enfrentamento decisivo da dívida externa, recorrendo, inclusive, se necessário, à suspensão dos pagamentos, como forma de forçar os credores a uma negociação justa; 2º o enfrentamento firme da dívida pública interna, através de uma elevada taxação ou de um compulsório sobre os títulos que vão sendo "rolados"; 3º uma drástica queda das taxas de juros, com recurso, inclusive, ao tabelamento.

Assim, além de desafogar o governo e as empresas, se mobilizariam os recursos necessários à realização dos investimentos à nova etapa de desenvolvimento, à continuidade da política de recuperação do salário real, bem como ao equilíbrio das finanças públicas e à realização do programa social da Nova República.

Por todas essas razões, quando o presidente José Sarney inclui na pauta do pacto social, sugerido à sociedade brasileira, a renegociação da dívida externa, fornece, indiscutivelmente, um indício de que agora, mais do que nunca, será possível forjar e aprofundar a unidade nacional para superar os grandes desafios que impedem que o Brasil se transforme em uma grande Nação, livre e soberana. E evidente que, para isso, será necessário aparar algumas arestas geradas no ventre das últimas medidas econômicas, o que já está se materializando, seja pela crescente mobilização social ou pela disposição permanente ao diálogo, demonstrada pelo governo, pelos trabalhadores, empresários, partidos políticos e demais segmentos da sociedade brasileira.

Além do que, só assim será possível o entendimento nacional, já que, dessa forma e pela primeira vez, se estará afetando os interesses financeiros daqueles que têm se locupletado, nas últimas décadas, do progresso econômico que o País experimentou. Essa unidade só se justificará e se viabilizará se for para cumprir uma tarefa dessa dimensão. Mais uma vez, acreditamos, ela será possível. Acima de tudo, pela maturidade demonstrada por milhões de brasileiros que não renunciam à tarefa histórica de construir um novo Brasil.

* Marco Antônio Campanella é jornalista e suplente de deputado federal pelo PMDB do Distrito Federal